



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC, REALIZADA NO DIA 06 DE JANEIRO DE 2006, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA.

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e seis, na sede social da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, nesta capital, com início às 9 horas, realizou-se a reunião do Conselho de Administração da Companhia, por convocação do seu Presidente, na forma do disposto no parágrafo 5º, do artigo 22, do Estatuto Social, com a presença de seus membros: Glauco José Côrte – Presidente do Conselho de Administração, Adélcio Machado dos Santos – Secretário do Conselho de Administração, Miguel Ximenes de Melo Filho, Adermo Francisco Crispim, Sueli Berselli Marinho, Pedro Paulo Hings Colin, Ricardo Moritz, Osni Luis Sens, Isolde Espíndola, Alaor Tissot, Jair Maurino Fonseca, Içuriti Pereira da Silva e Vicente Donini, que assinam a presente ata, registrando-se, também, a participação de Diretores e Assessores da Companhia. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, Glauco José Côrte, que cumprimentou a todos os presentes, para, em seguida, passar à deliberação da seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação técnico operacional das 12 Usinas – PCH, e da empresa que será responsável pela elaboração do laudo econômico-financeiro da modelagem de venda e do edital da oferta pública dos ativos da geração e participações; 2. Eleição de Diretores da Companhia; 3. Ratificação da compra de energia referente ao Leilão de 16.12.2005; 4. Proposta de Regimento Interno; 5. Código de Ética da Celesc; 6. Construção da SE Maciço do Morro da Cruz. Ato contínuo, o Sr. Presidente passou a palavra ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Gerson Pedro Berti, para falar sobre o primeiro assunto em pauta. O Diretor, então, referiu-se à última reunião e retomou a questão das partes relacionadas, levantada pela Conselheira Sueli Berselli Marinho na reunião do dia 19.12.2005, dizendo que foram feitos estudos sobre o assunto e que, se fosse contratado o BRDE, conforme se aventou naquela oportunidade, bastaria à Celesc comunicar a BOVESPA, informação confirmada pelo Consultor Jurídico-Institucional da Empresa, Dr. João Batista Fernandes. Prosseguindo, o Diretor Gerson Pedro Berti informou que o BRDE declinou do convite para proceder à avaliação econômico-financeira dos ativos de geração e das participações da Celesc em outras entidades, em razão da exigüidade do prazo para terminar os trabalhos. Diante dessa recusa, a Empresa iniciou negociações com o Banco do Brasil Investimentos, que fez uma proposta comercial de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) de parte fixa, mais 1,5% de taxa de sucesso sobre o valor da venda de cada um dos ativos. Segundo o Diretor, as conversas em torno do assunto iniciaram em 2 de janeiro, tendo sido as questões técnicas amplamente analisadas, e a Celesc, então, apresentou uma contraproposta, na qual consta o pagamento pela Celesc (1) de uma parcela fixa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para cobertura de despesas operacionais, ou seja, a remuneração fixa se destina a cobrir os custos fixos do Proponente e as despesas com subcontratações de serviços de terceiros, inclusas as despesas de deslocamento e comunicação, incorridas no exercício do mandato outorgado pela Celesc, e (2) de Parcela Fixa Dedutível, a título de antecipação, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), que será deduzida do pagamento da Parcela Variável, a título de

Comissão de Sucesso, correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do respectivo valor de cada operação de venda de ativo, a ser paga ao final da execução dos serviços ou no término do contrato. A Diretoria, então, aguardava apenas a resposta do Banco do Brasil Investimentos, que terá um prazo de aproximadamente quatro meses para executar os serviços contratados, embora a sinalização do Banco tenha sido positiva, faltando somente a assinatura do contrato, a se realizar possivelmente na segunda semana de janeiro, na modalidade Dispensa de Licitação, por se tratar de matéria urgente, conforme exposto ao Conselho na reunião anterior. O Diretor informou também que, para a avaliação técnico-operacional, já foi contratada a empresa Engevix S.A. Aberta a discussão para os questionamentos e comentários dos membros do Conselho, o Conselheiro Jair Maurino Fonseca perguntou se a venda dos ativos de geração se daria individualmente ou em bloco, ao que o Sr. Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores respondeu que isso seria avaliado durante o trabalho. Então, a Conselheira Sueli Berselli Marinho ressaltou que gostaria que se juntasse ao voto dos Conselheiros o parecer técnico e jurídico a fim de lhes dar maior conforto em tal aprovação. Por sua vez, a Conselheira Isolde Espíndola acrescentou que, além de também achar importante a inclusão dos pareceres, seria necessário saber o que aconteceria caso uma ou outra PCH não fosse vendida, bem como justificar a contratação por dispensa de licitação, pois o processo de desverticalização tinha prazo para terminar em 2004. O Sr. Gerson Berti esclareceu, então, que as PCHs vão ser vendidas, provavelmente, em bloco, mas as participações serão vendidas uma a uma e, quanto à questão dos prazos, ele ressaltou que o que estava em curso em 2004 era o processo de desverticalização, mas que a aprovação legislativa que permite essa mudança, e que levou a essa forma de contratação, é recente (23.11.2005). A Conselheira Isolde Espíndola, então, pediu que fosse feito um relatório completo do processo. O Conselheiro Vicente Donini propôs que o Conselho autorizasse a Diretoria da Celesc a negociar com base nesses valores, ao que o Sr. Presidente respondeu que o Conselho deveria aprovar a contraproposta da Diretoria e, se surgir uma nova proposta do Banco do Brasil Investimentos, então a matéria deveria retornar ao Conselho. O Conselheiro Ricardo Moritz perguntou se há um plano B, caso as negociações apresentem algum problema, ao que o Sr. Gerson Berti respondeu que a proposta, nesse caso, é voltar ao processo de desverticalização via criação da  *Holding*, com as duas subsidiárias. Assim, o Sr. Presidente colocou as contratações em votação, que foram aprovadas por todos os Conselheiros presentes. Ato contínuo, passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, ou seja, a Eleição dos Diretores da Companhia. O Sr. Glauco José Côrte passou a palavra ao representante do Acionista Majoritário, Sr. Içuriti Pereira da Silva, o qual apresentou as suas credenciais e, em seguida, em nome do Excelentíssimo Governador do Estado, indicou o Sr. Miguel Ximenes de Melo Filho para ser reconduzido ao cargo de Diretor Presidente da Celesc. Submetida a indicação à votação, foi aprovado por unanimidade, para o mandato de três anos, conforme previsto no Estatuto Social, o nome do Sr. Miguel Ximenes de Melo Filho, casado, brasileiro, advogado, RG 5/R-108.514, CPF 070.331.689-34, residente e domiciliado à Rua Frei Caneca, 520/903, Agrônoma, CEP 88020-000, Florianópolis – SC, para o cargo de Diretor Presidente da Celesc, o qual declarou não estar incurso em nenhum dos impedimentos ou crimes previstos em lei que o impeça de exercer as funções para as quais foi reeleito, ficando indicado o endereço já descrito para o recebimento de citações e intimações, tendo assinado o respectivo Termo de Posse, após o que o Sr. Glauco José Côrte solicitou ao Sr. Miguel Ximenes de Melo Filho que fizesse as indicações dos nomes para os cargos de Diretor Técnico e de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores. Foram indicados pelo Governo e aprovados por unanimidade pelo Conselho de Administração, para o mandato de três anos, o Sr. Eduardo Carvalho Sítonio,

brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, RG 132.950-2, CPF 223.915.339-34, residente e domiciliado à Rua Thomé de Souza, 293, CEP 89035-270, Blumenau – SC, para o cargo de Diretor Técnico (DTE), e o Sr. Gerson Pedro Berti, brasileiro, casado, administrador, RG 1415972, CPF 491.991.709-06, residente e domiciliado à Rua dos Bagres, 53, 88053-405, Jurerê, Florianópolis – SC, para o cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores (DEF). Ato contínuo, o Sr. Miguel Ximenes de Melo Filho solicitou a indicação dos acionistas minoritários para a Diretoria de Gestão Corporativa, ocasião em que a PREVI e a Eletrobrás se abstiveram da indicação, e o Sr. Ricardo Moritz, representante da CELOS, propôs a recondução, para o mandato de três anos, do Sr. José Affonso da Silva Jardim, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 132.368-6, CPF 299.946.679-04, residente e domiciliado à Avenida Trompowsky, 224/501, CEP 88015-300, Centro, Florianópolis – SC, para o cargo de Diretor de Gestão Corporativa (DGC), proposta aprovada por maioria, com o voto contrário do Conselheiro Jair Maurino Fonseca, representante dos empregados no Conselho, porquanto, assim como da sua primeira eleição, o seu nome não fora avalizado pelo Sindicato dos empregados. Os diretores reeleitos assinaram o correspondente Termo de Posse, sendo que, todos e cada um em particular, tal como qualificados, declararam não estarem incursos em nenhum dos impedimentos ou crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as funções para as quais foram reeleitos, ficando indicados os endereços acima descritos para o recebimento de citações e intimações. Então, em nome do Conselho de Administração, o Sr. Glauco José Côrte desejou sucesso aos Diretores, cumprimentando-os pela sua recondução. Em seguida, dentro do item terceiro da Ordem do Dia, o Sr. Presidente convidou o Sr. José Luiz Cavichioli, Chefe do Departamento de Comercialização de Energia (DPCM), para manifestar-se sobre o leilão de energia ocorrido em 16.12.2005, a fim de que os Conselheiros pudessem ratificar a compra de energia feita naquela oportunidade. Segundo o Sr. Cavichioli, a Celesc comprou energia pelos seguintes preços: 2008 – R\$127,15/MWh; 2009 – R\$127,77/MWh; 2010 – R\$117,11/MWh. O Sr. Presidente perguntou qual era a sua avaliação a respeito dos preços que a Empresa pagará pela energia nesses anos, ao que o Sr. José Luiz Cavichioli respondeu que a compra pode ser considerada boa, pois a tendência é que os preços subam bastante nos próximos anos. Assim, foi colocada em votação a ratificação da compra de energia feita no leilão de 16.12.2005, sendo aprovada por todos os Conselheiros. O Conselheiro Ricardo Moritz apenas solicitou à Diretoria um dossiê que mostre o cenário do mercado de energia no momento da compra, a fim de justificar a aprovação dos valores, sugestão aceita pelos demais. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta, consistente na proposta de adoção de um Regimento Interno para o Conselho de Administração, proposta esta relatada pelo próprio Presidente do Conselho. O Conselheiro Jair Maurino Fonseca, com a palavra, perguntou sobre o inciso 26 do referido Regimento, que versa sobre a participação nos lucros, visando saber se este não estaria já contemplado no Estatuto e se não haveria conflito entre os dois documentos, ao que o Dr. João Batista Fernandes respondeu que não, pois o assunto em questão já consta também da Lei das S.As. A Conselheira Isolde Espíndola perguntou se já fora feita a comparação entre Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, obtendo resposta positiva do Consultor Jurídico-Institucional, e também solicitou que se colocasse, no artigo 5, a equivalência entre 2/3 e 9, para que os números ficassem claros no que concerne à questão do *quorum*. O Conselheiro Ricardo Moritz sugeriu que se unificassem os incisos 2 e 9, ou seja, o orçamento deveria estar atrelado ao Contrato de Gestão e Resultados. Feitas as considerações pelos Conselheiros, o Sr. Presidente submeteu a proposta de Regimento Interno à votação, sendo aprovada por todos. Ato contínuo, a palavra foi chancelada ao Sr. Hermes Lacerda Queiroz, Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico e

Prospecção de Novos Negócios (DPPN) para apresentar a proposta de adoção do Código de Ética da Celesc, previamente distribuída a todos os Conselheiros, que tiveram, conforme ressaltou o Sr. Presidente, a oportunidade de oferecer sugestões que visassem a melhoria do texto final. O Sr. Hermes Lacerda Queiroz destacou que as sugestões dos Conselheiros foram acrescentadas ao Código de Ética. Então, foram feitas diversas considerações e sugeridos alguns ajustes pelos Conselheiros, sendo, por fim, aprovado por unanimidade o Código de Ética, com a solicitação, feita pelo Sr. Presidente à Diretoria, de que, em um prazo de 90 dias após a sua aprovação, seja apresentada ao Conselho a composição do Comitê de Gestão do Código. Em seguida, passou-se à apreciação do item último da pauta, a respeito da construção da SE Maciço do Morro da Cruz, obra que tem preocupado a Celesc desde 2002, pois sua implantação integraria as redes de distribuição que abastecem a ilha de Santa Catarina, cujo consumo de energia aumentou em 71% nos últimos dez anos. Segundo a apresentação do Sr. Eduardo Carvalho Sitonio, Diretor Técnico, a obra manterá a vegetação nativa, será blindada, procurará respeitar o aspecto arquitetônico da cidade, bem como as questões sociais locais, e terá alimentadores subterrâneos. Além disso, acrescentou o Diretor, será feita uma campanha na mídia para esclarecer a população e justificar a construção da SE no local. O prazo para sua finalização é dezembro de 2006, e o valor aproximado do empreendimento é de R\$200 milhões. Após essa apresentação, o Sr. Presidente solicitou informações sobre o nível de inadimplência, assunto extrapauta, apresentado por solicitação da Conselheira Sueli Berselli Marinho na última reunião. O Sr. Adriano Lima Medeiros fez, então, uma apresentação dos dados relativos à inadimplência, bem como a respeito das ações que a Celesc vem realizando com vistas a reduzir o problema ao máximo. Entre os dados mencionados, destacam-se os altos índices de inadimplência do setor têxtil e da Casan e, das ações previstas, ganharam destaque o desenvolvimento de um plano de metas para as Agências Regionais, o acompanhamento direto de processos e liminares contra o corte de energia, bem como os parcelamentos efetuados, além da contratação de um advogado especificamente para a área de Contas a Receber. Antes de terminar a reunião, o Sr. Presidente comunicou os Conselheiros sobre o recebimento de uma correspondência da BOVESPA a respeito de alterações no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e no Regulamento de Aplicações de Sanções Pecuniárias, o que implicará alterações também no Estatuto Social da Empresa, a serem feitas após a realização de estudos técnicos especializados, os quais recomendou e solicitou que sejam feitos pela Diretoria da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12 horas e 25 minutos, com a leitura, aprovação e assinatura da ata por todos os Conselheiros presentes. A presente Ata se acha transcrita no Livro de Atas do Conselho de Administração de nº 05, às fls. 43 a 48, e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 20060380101, protocolo 06/038010-1. Florianópolis, 06 de janeiro de 2006. Glauco José Côrte, Presidente do Conselho de Administração, RG 752 - OAB/SC, CPF 003467999-53. Adécio Machado dos Santos, Secretário do Conselho de Administração, RG 4912 - OAB/SC, CPF 533181619-34.